

CICLO DE CONFERÊNCIAS DO MESTRADO EM ESTUDOS DE EDUCAÇÃO

2023/2024 - 18H-19H30

AÇÃO 4 | EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO

10 de novembro | Sara Caetano

[Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P.]

Como criar uma política de combate à discriminação racial na escola

As escolas são espaços multiculturais onde coexiste uma multiplicidade de identidades, vivências e experiências. Uma escola inclusiva e promotora da interculturalidade exige a compreensão e reconhecimento dos desafios que esta mesma coexistência implica, nomeadamente a presença de atitudes, comportamentos, práticas e até procedimentos de cariz discriminatório, intencional ou não.

Enquanto profissionais de educação, temos a responsabilidade de garantir que as nossas escolas são locais seguros e inclusivos para todas as crianças e jovens, independentemente da sua origem, nacionalidade, cor de pele, religião, língua ou etnia. Para tal, é necessário compreender do que estamos a falar quando falamos de discriminação racial e de saber como podemos identificar e reconhecer atitudes e comportamentos discriminatórios no contexto educativo, bem como, saber como agir perante essas situações.

A presente Conferência pretenderá abordar alguns destes aspetos, baseando-se no Guia para a Prevenção e Combate à Discriminação Racial nas Escolas, lançado em Março deste ano pelo Alto Comissariado para as Migrações I.P. e a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), com a colaboração da Direção-Geral da Educação e o projeto Comparte.

19 de janeiro | Catarina Oliveira

[Observatório das Migrações, OM]

Integração de crianças e jovens estrangeiros em contexto educativo: um olhar sobre os alunos estrangeiros em Portugal

A integração educativa de estrangeiros residentes em sociedades de acolhimento mescla duas realidades distintas: por um lado, o fluxo migratório de alunos estrangeiros, ou seja, imigrantes que chegam às sociedades de acolhimento por razões educativas, nomeadamente por via de políticas que promovem a captação de estudantes internacionais, e, por outro lado, os alunos estrangeiros que integram o sistema escolar por acompanharem os seus familiares imigrantes, mas para os quais o acesso à educação não determina em si a razão do fluxo migratório. Nos últimos anos a entrada de estudantes estrangeiros nos diferentes países de acolhimento ganhou importância relativa nos fluxos de imigração. Noutra vertente, a integração propriamente dita de estudantes estrangeiros no sistema educativo e o seu desempenho escolar, têm-se assumido como problemáticas de estudo importantes. Os estudantes estrangeiros têm de se ajustar a regras académicas, expectativas e objetivos escolares que podem ser muito distintos dos do seu país de origem, e aprender numa nova língua, fatores que podem conduzir a desafios ou dificuldades de aprendizagem destes estudantes nas sociedades de acolhimento. Inúmeros estudos evidenciam que, de uma forma geral, os imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em obter bons resultados escolares quando comparados com os nacionais dos países de acolhimento. Importa atender, porém, que as maiores dificuldades ou piores desempenhos escolares não se associam apenas à condição imigrante, mas sobrepõem-se a condições socioeconómicas distintas de partida: deve atender-se ao papel explicativo da classe social e das características dos indivíduos e dos seus agregados familiares, verificando-se que estas dimensões tendem a suplantar a influência explicativa que a origem étnica ou cultural pode ter nas performances escolares. Por outro lado, deve atender-se ao efeito que podem exercer as políticas públicas educativas no combate a desigualdades sociais e escolares transversais (e não específicas aos imigrantes), assumindo a estrutura de acolhimento e os respetivos enquadramentos institucionais e legais também pendor explicativo para diferenças de desempenho escolar. Focando no caso português, pretende-se enquadrar alguns dos determinantes das performances escolares dos alunos estrangeiros, caracterizando o desenvolvimento de políticas educativas nacionais desde a década de 1990, e promovendo a exploração de dados administrativos nacionais quanto ao ingresso dos alunos estrangeiros nos ensinos básico, secundário e superior.